

Política da economia solidária e feminista. A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, Brasil

Isabelle Hillenkamp

Otra Economía, vol. 12, n. 22:265-281, julio-diciembre 2019. ISSN 1851-4715

Política da economia solidária e feminista A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, Brasil

Política de la economía solidaria y feminista. La experiencia de la Asociación de Mujeres en la Economía Solidaria del Estado de São Paulo, Brasil

Politics of solidarity and feminist economy. The experience of the Association of Women in the Solidarity Economy of the State of São Paulo, Brazil

Isabelle Hillenkamp*

Isabelle.Hillenkamp@ird.fr

Resumo: Partindo da estreita relação existente entre outra economia e outra política, debruço-me neste texto sobre o significado e as condições de emergência de uma política da economia solidária e feminista. Sustento-me numa “pesquisação” realizada junto à Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL), Brasil, no âmbito de um projeto para o fortalecimento da autonomia econômica dessas mulheres. A nível teórico, baseio-me em uma concepção substantiva de economia e de política, não limitada ao mercado e ao Estado, respectivamente, e em uma leitura feminista das desigualdades de gênero, considerando, em particular, a interface com a esfera doméstica. Proponho o conceito de “contrapúblicos subalternos” de Nancy Fraser para entendermos o sentido político de uma experiência como a da AMESOL. Nesta base, analiso a articulação entre economia solidária, feminismo e outras mobilizações a favor da democratização no seio da Associação e examino como essas mobilizações estão enraizadas nas práticas das mulheres, na fronteira entre as esferas política, econômica e doméstica.

Palavras-chave: economia solidária, feminismo, política.

Resumen: Partiendo de la estrecha relación que existe entre otra economía y otra política, reflexiono en este texto sobre el significado y las condiciones para el surgimiento de una política de la economía solidaria y feminista. Me apoyo en una “investigación” realizada con la Asociación de Mujeres en la Economía Solidaria del Estado de São Paulo (AMESOL), Brasil, en el marco de un proyecto para el fortalecimiento de la autonomía económica de estas mujeres. A nivel teórico, me baso en una concepción sustantiva de la economía y de la política, no limitada al mercado y al Estado, respectivamente, y en una lectura feminista de las desigualdades de género, considerando, en particular, la interfaz con la esfera doméstica. Propongo el concepto de “contrapúblicos subalternos” de Nancy Fraser para comprender el significado político de una experiencia como la de la AMESOL. Sobre esta base, analizo la articulación entre la economía solidaria, el feminismo y otras movilizaciones a favor de la democratización en el seno de la Asociación y examino cómo estas movilizaciones

* Institut de recherche pour le développement (IRD-CESSMA), Francia; e Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), São Carlos, Brasil.

están arraigadas en las prácticas de las mujeres, en la frontera entre las esferas política, económica y doméstica.

Palabras clave: economía solidaria, feminismo, política.

Abstract: Starting from the close relationship that exists between another economy and another politics, I focus in this text on the meaning and the conditions for the emergence of a politics of solidarity and feminist economy. I rely on an action-research carried out with the Association of Women in Solidarity Economy of the State of São Paulo (AMESOL), Brazil, in the scope of a project for the strengthening of the economic autonomy of these women. At theoretical level, I use a substantive conception of economy and politics, not limited to the market and the State, respectively, and a feminist reading of gender inequalities, considering, in particular, the interface with the domestic sphere. I propose Nancy Fraser's concept of "subaltern counterpublics" in order to understand the political meaning of an experience like that of AMESOL. On this basis, I analyze the articulation between solidarity economy, feminism and other mobilizations in favor of democratization within the Association and I examine how these mobilizations are rooted in women's practice, on the boundary between the political, economic and domestic spheres.

Key words: solidarity economy, feminism, politics.

Introdução

“A AMESOL [Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo] é uma oportunidade real de vivenciar a economia solidária na prática, além da teoria e toda a formação que a gente tem. O feminismo vem como a base de tudo isso, porque são mulheres empoderando mulheres, fortalecendo mulheres, estando com mulheres e pensando com mulheres. É uma prática real do feminismo. A AMESOL é a expressão do feminismo junto com economia solidária. Eu gosto dessa ideia da ‘expressão’. Eu sempre estive em movimentos sociais, nesse debate político, social, econômico, mas eu sentia falta de prática. A AMESOL é isso, a prática de toda essa discussão. A expressão desse grupo de mulheres, uma prática de Economia Solidária e Feminista. A gente não fica só teorizando, a gente faz acontecer” (empreendedora associada da AMESOL, entrevista, 2018).

Este depoimento nos lembra, se for preciso, que outra economia não é possível sem outra política: uma política que considera a economia para além da sua definição formal, focada no mercado e na relação de produção capitalista, para incluir práticas solidárias e o trabalho remunerado e não remunerado, realizado em grande parte por mulheres. Uma política, portanto, que, sem deixar de questionar o Estado e exigir direitos econômicos e sociais para as populações excluídas, se estende para além do poder de Estado, para prestar atenção aos espaços públicos e aos mundos vividos onde uma outra economia está sendo construída. Finalmente, uma política que pode ser praticada por todos/as, unindo “discussão” e “expressão” de outras relações de trabalho e do exercício da democracia.

Neste texto, questiono o significado de “outra política” no caso de um movimento de mulheres como a Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL, Brasil). Partilho com os teóricos da economia social e solidária (Coraggio, 2007; Laville, 2010) a concepção substantiva de economia e de política: a economia inclui práticas de produção e troca mercantis e não mercantis, monetárias e não monetárias; a política inclui os poderes públicos e os espaços públicos, onde as desigualdades podem ser discutidas e o sentido da democracia, disputado.

Juntamente com as teóricas e ativistas feministas (Faria e Nobre, 2003; Federici, 2013), chamo também a atenção para as desigualdades de gênero e, portanto, para a esfera doméstica, onde essas desigualdades têm suas raízes, e para as interseções dessa esfera com as da política e da economia, onde essas desigualdades se reforçam. Questiono a interação entre desigualdades de gênero, classe e

raça e a articulação de diferentes lutas pela democratização, prestando particular atenção aos modos muitas vezes invisíveis de envolvimento político das mulheres de grupos sociais subordinados e às formas específicas como elas articulam questões privadas e públicas (Guérin, Hillenkamp e Verschuur, 2019).

Sustento-me em uma “pesquisa”, realizada no período de novembro de 2017 até fevereiro de 2019 junto à AMESOL, no âmbito do projeto “Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres”.¹ Por “pesquisa”, entendo a produção de conhecimentos como parte das ações dirigidas a atingir os objetivos de um projeto. Esse projeto foi financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e executado pela Universidade Federal de São Carlos, em parceria com a ONG feminista SOF – Sempre Viva Organização Feminista e o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França. A pesquisa foi realizada juntamente com as ações de formação, inserção política e apoio à comercialização propostas pelo projeto.

Compartilhando com elas o objetivo de fortalecer a autonomia econômica das mulheres, a pesquisa buscou contribuir para tal através da produção e compartilhamento de conhecimentos com as mulheres da AMESOL e a equipe do projeto. Baseou-se na observação participante das atividades da Associação e do projeto (reuniões, formações, feiras, mobilizações políticas), em 15 visitas a empreendimentos e 14 entrevistas individuais com empreendedoras, nove entrevistas curtas com outras interlocutoras (parceiras e público da Feira mensal da AMESOL) e na coleta de documentos. As entrevistas em profundidade com as empreendedoras da AMESOL abordaram suas condições de trabalho e trajetórias profissionais, bem como suas condições de vida e trajetórias pessoais, familiares e de politização. Assim, a pesquisa incluiu o nível individual das empreendedoras, o nível dos empreendimentos que compõem a AMESOL e o nível da própria Associação.

A ideia de criar a AMESOL nasceu no final da década de 2000 no âmbito do Grupo de Trabalho das Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária, um espaço que reúne representantes de empreendimentos, organizações de apoio e fomento e gestores públicos do Estado de São Paulo. A proposta se fortaleceu graças à participação desse Grupo em editais da SENAES² e do acompanhamento realizado pela SOF. Esse processo resultou na criação da AMESOL, em 12 de abril de 2013, por um grupo de cerca de trinta mulheres. Em 2018, a Associação reunia cerca de 70 mulheres, residentes em diferentes regiões periféricas da Grande São Paulo e pertencentes a cerca de trinta empreendimentos, ativos principalmente nos setores do artesanato e da alimentação.

Focado na política da economia solidária e feminista, este texto está organizado em três partes. A primeira introduz o conceito de “contrapúblico subalterno” proposto por Nancy Fraser (1990) na sua teoria crítica da democracia e mostra a sua utilidade, dentro das abordagens ao espaço público, para entendermos a experiência da AMESOL. Nesta base, a segunda parte analisa a articulação entre política da economia solidária e política feminista no seio da Associação, a partir das trajetórias dos contrapúblicos subalternos que a compõem. A terceira e última parte examina o enraizamento dessas

¹ Coordenado pelo prof. Fábio Bechara Sánchez. A reflexão desenvolvida neste texto baseia-se em elementos da publicação coletiva preparada como parte deste projeto (em processo de publicação). O texto “Solidariedade e a vida das mulheres na Grande São Paulo: a experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do estado de São Paulo”, escrito por Beatriz Schwenck e com foco nas modalidades de construção da solidariedade entre as mulheres da AMESOL, faz também parte deste projeto e é apresentado de forma completar neste dossiê.

² Entre 2010 e 2013, no âmbito do projeto “Economia Solidária e Economia Feminista”, executado pela ONG Guayí (RS), que resultou na formação da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). Entre 2013 e 2015, através de um novo convênio entre a SENAES/MTE e a Guayí, que permitiu a continuidade das atividades envolvendo e fortalecendo a RESF e, dentro dela, a AMESOL. Desde 2016, no âmbito do projeto “Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres” do qual esta pesquisa faz parte.

mobilizações nas práticas das mulheres, na fronteira entre as esferas política, econômica e doméstica.

Espaço público e contrapúblicos subalternos: para uma teoria crítica e feminista da democracia

“Você sente realmente a indiferença e injustiça quando você é protagonista da situação. Aí você vê a vulnerabilidade. São poucos espaços como o nosso. A gente tem que valorizar. Eu acredito. Eu só tô na AMESOL porque eu acredito. Que é possível mudar. O mundo eu não sei, mas é possível mudar a nossa realidade” (empreendedora, entrevista, 2018).³

Este depoimento de uma associada da AMESOL, que se identifica como negra e lésbica, ilustra a estreita ligação que existe entre a experiência da desigualdade, injustiça e vulnerabilidade e a natureza do envolvimento político. Como Jürgen Habermas (1996) teorizou, a experiência define o caráter do mundo vivido e alimenta a busca por espaços públicos, onde a injustiça pode ser expressa e onde melhores condições de vida podem ser construídas. Longe de se reduzirem ao espaço público burguês que Habermas inicialmente teorizou, estes espaços são lugares múltiplos, muitas vezes pequenos e informais, mesmo temporários, situados longe dos lugares habituais de exercício do poder e da política, tais como partidos, sindicatos ou federações.

Na sua proposta de teoria crítica da democracia, Nancy Fraser (1990) chamou a atenção para o caso das sociedades “estratificadas”, em que as relações de dominação penetram a esfera pública, ao ponto de limitar severamente a contribuição dos grupos sociais subordinados, através do controle do discurso ideológico e dos meios de comunicação. O caso das mulheres da classe trabalhadora no Brasil, assim como de outros grupos, como negros, indígenas ou LGBT, corresponde a essa configuração. Fraser argumentou que, nessas sociedades, a paridade de participação, ou seja, a capacidade de interagir com os outros em pé de igualdade, requer a formação de “contrapúblicos subalternos”. Por este termo, refere-se a “arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos, o que, por sua vez, permite que interpretações de oposição sejam formuladas sobre suas identidades, interesses e necessidades” (Fraser, 1990, p.67).⁴

Os espaços de envolvimento político dos membros de uma organização como a AMESOL devem ser considerados a partir dessa perspectiva, ou seja, dentro da configuração geral de espaços públicos, dominantes e subalternos, instituídos e autônomos, que condicionam sua forma, sua capacidade de politização e colocam também seus limites. Uma característica importante dos contrapúblicos subalternos é a sua necessária multiplicidade, por forjar sujeitos políticos que partilham uma experiência e uma compreensão singular da exclusão. No entanto, a sua capacidade transformadora depende também das conexões e dos significados comuns estabelecidos horizontalmente, entre os grupos que compõem os elos da “cadeia das lutas populares” (Laclau, 2014). Nos termos de Gilles Deleuze e Felix Guattari, “é usando muitos elementos de minoridade, conectando-os, combinando-os, que se inventa um futuro autônomo específico e inesperado” (Deleuze e Guattari, 1980, p.134-135). Para além destas relações horizontais, a capacidade transformadora dos contrapúblicos subalternos depende da sua relação com os espaços instituídos, incluído a partir da sua resistência à colonização pelo poder estatal e pela lógica do sistema capitalista (Habermas, 1996).

Portanto, é na relação dialética entre alianças horizontais e comunicação intersubjetiva, por um lado, e relação vertical com os poderes instituídos, por outro, que reside a possibilidade de existência de

³ Deste modo, refiro-me a seguir às empreendedoras associadas à AMESOL. Todas as citações são de entrevistas realizadas em 2018.

⁴ Aqui e nas outras citações em línguas estrangeiras, as traduções são pessoais.

contrapúblicos subalternos autônomos, capazes de resistir aos riscos de descaracterização. Esta possibilidade resulta de lutas sociais, mas também de ações mais discretas, realizadas em particular por mulheres em espaços públicos “de proximidade”, onde prevalecem “a reciprocidade e o compromisso mútuo entre indivíduos concretos” (Eme, 2006, p.360).

Política da economia solidária e política feminista: trajetórias dos contrapúblicos subalternos

A AMESOL é um lugar de encontro para mulheres que, em sua maioria, têm uma trajetória prévia de envolvimento político, seja na economia solidária, no movimento feminista ou em outros espaços de participação. Forjadas por causas e contextos específicos, estas trajetórias complementam-se e reforçam-se mutuamente em alguns casos e entram em tensão em outros, definindo desta forma os contornos da política da economia solidária e feminista.

A economia solidária: entre políticas públicas e movimento social

A economia solidária no Brasil tem estado estreitamente ligada às políticas públicas, em particular do Partido dos Trabalhadores. Uma política pioneira, implementada em 1996 no município de Porto Alegre (RS), junto com populações desempregadas da periferia da cidade definiu os dois grandes objetivos que seriam posteriormente adotados em maior escala: a qualificação do trabalho e a organização dos trabalhadores em cooperativas ou associações; e o fortalecimento de novos atores políticos (Sarria Icaza, 2005).

Desde o início, a economia solidária no Brasil apostou, portanto, em uma aliança *sui generis* entre política pública e movimento social, que deveria permitir a politização da classe trabalhadora e o desenvolvimento de relações de trabalho mais igualitárias, formando um setor articulado capaz de crescer nas brechas do modo de produção capitalista (Singer, 1999). Portanto, a economia solidária implicou uma resignificação não só das relações laborais, mas também das políticas sociais, que teriam de passar de uma abordagem assistencialista da pobreza e do desemprego para novas políticas de trabalho emancipatório.

A partir da experiência no Rio Grande do Sul, novas políticas públicas foram criadas por governos locais sob a égide do Partido dos Trabalhadores. Na cidade de São Paulo, o Programa Oportunidade Solidária (2001-2004) sensibilizou cerca de 50.000 pessoas, das quais 2.000 acabaram criando um empreendimento e 3.600 outras trabalharam nele – um tamanho que, na opinião dos próprios gestores do Programa, permaneceu modesto dado o tamanho da cidade (Schwengber et al., 2006). Em São Paulo, talvez ainda mais do que em qualquer outro lugar, a existência prévia de coletivos e de sujeitos políticos não poderia ser assumida. Neste sentido, Oportunidade Solidária se constituiu ante tudo como um “incentivo”, destinado a politizar uma população inicialmente desorganizada e fragmentada (*ibid.*).

Com a chegada ao poder do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva e a criação da SENAES em 2003, as políticas de economia solidária local foram fortalecidas e multiplicadas. Na Grande São Paulo, outros municípios, incluindo Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo, implementaram políticas próprias. Um modelo comum se espalhou, auxiliado, em particular, pela circulação de gestores públicos e pela formação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Bitelman, 2008). Este modelo incluiu a criação de Centros Públicos de Economia Solidária, de Incubadoras Municipais de Empreendimentos de Economia Solidária e de espaços de diálogo entre gestores públicos, empreendedores e entidades de apoio e fomento, em particular dentro dos Fóruns e dos Conselhos de Economia Solidária.

Estes espaços desempenharam um papel importante na formação não só técnica, mas também

política de várias mulheres da AMESOL. Elas foram qualificadas em autogestão, desenvolveram novas redes de contatos, participaram na formação do movimento de economia solidária e elaboraram um discurso crítico do capitalismo, a partir do reconhecimento das condições de trabalho degradantes que elas próprias sofreram.

“Eu cheguei uma época que eu fiquei meia louca por causa do capitalismo. Trabalhava, trabalhava, saía daqui... Morando aqui [na Zona Leste de São Paulo], ia lá para a Zona Norte. Não tinha ônibus... Depois fiquei desempregada. Estava numa depressão do caramba porque não arrumava um emprego, era uma dificuldade”. (empreendedora, entrevista, 2018).

“A gente tinha ficado em casa né. Pela idade. Empresa nenhuma pega mais pessoas com a idade da gente”. (empreendedora, entrevista, 2018).

“Fui muito humilhada. Eu peguei tipo, um trauma assim, ‘eu não quero mais ter chefe, eu quero trabalhar, eu quero ter o meu negócio’”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Com base nesse exame crítico de sua própria experiência de trabalho, estas mulheres passaram a valorizar seus empreendimentos como espaços de autonomia:

“Na empresa a gente não planeja nada, a gente só apoia o que o patrão vê. Aqui a gente planeja, a gente faz, né, então é todas juntas, o que vamos fazer, o que que vai decidir, né, então todas têm uma autonomia de dar uma opinião e ser aceita”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Assim, os espaços instituídos pelas políticas públicas de economia solidária deram a mulheres que hoje conformam a AMESOL a oportunidade de se reconhecerem como sujeitas de outra economia e, até certo ponto, de outra política – uma política que lhes deu um lugar inédito nos programas de geração de trabalho e renda de seus municípios. No entanto, houve limites desde o início e em diferentes níveis. Em vários casos, as equipes dos programas municipais e as entidades de apoio e fomento orientaram e até dirigiram a constituição de empreendimentos, tendendo a substituir o lento processo de consolidação interna, às vezes criando conflitos entre empreendimentos ou alimentando uma relação de tutela.

“Era para virar uma cooperativa, mas aí sempre tem aquela pessoa que acha que sabe mais que os outros, começou a fazer reunião separado, aí virou uma bagunça. Aí eu acabei saindo, porque, na verdade, a gente separou funções dentro da rede de alimentação. Começou a criar uma desconfiança. A gente começou a sair”. (empreendedora, entrevista, 2018).

“Chegava, assim, na Incubadora, quando tinha reunião, todo mundo, um cutucava o outro (...). Tudo que o povo lá da Prefeitura falava ‘não, tá errado’. Daí eles colocaram o SEBRAE [Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] no meio. Eles queriam mostrar uma coisa que não existia”. (empreendedora, entrevista, 2018).

A relação entre as (e os) trabalhadoras(es) da economia solidária e os gestores públicos e as entidades de apoio e fomento tem sido pautada muitas vezes pela ambivalência, entre o apoio financeiro, organizacional e ideológico e a dificuldade das(os) trabalhadoras(es) de construir espaços autônomos de decisão. Longe de se limitar à AMESOL, a natureza do “movimento” da economia solidária e seu grau de autonomia em relação aos governos e as entidades de apoio e fomento tem sido um debate recorrente.

As entidades de apoio e fomento têm desempenhado um papel proeminente na configuração deste campo político, desde a criação do Grupo de Trabalho da Economia Solidária no primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001 e durante as três primeiras Plenárias Nacionais da Economia Solidária, em 2002 e 2003. A institucionalização do campo reflete essa origem, ao reconhecer as Entidades de Apoio e Fomento, as Ligas e Uniões, as Instâncias Governamentais e os Fóruns como atores plenos da Economia Solidária, ao mesmo nível que os Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES, 2006, p.14).

Posteriormente, a afirmação política dos Empreendimentos andou a par com a consciência da sua diversidade interna, o que “implicou em deliberações pautadas por inúmeras divergências dentro do espaço do movimento” (Dos Santos e Carneiro, 2008, p.11). Refletindo essa diversidade, o reconhecimento institucional dos Empreendimentos tem sido desigual, em função a seu tamanho, ao perfil dos seus membros, inclusive a raça e o gênero, sua origem regional e/ou sociopolítica.

A criação, em 2008, do Grupo de Trabalho das Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, seguido de vários fóruns locais, incluindo o Fórum Paulista, representou um avanço para os empreendimentos femininos. Contudo, o alcance do programa Brasil Local Feminista, que resultou desta mobilização, foi limitado e, de forma geral, o movimento e os governos locais não questionaram em profundidade as relações de gênero e de poder dentro da economia solidária. As categorias de ação pública, como a de Empreendimento de Economia Solidária, que devem ser não só autogeridos, mas também permanentes e coletivos de tipo suprafamiliar (SENAES, 2013), não foi alterada. Esta categoria traduz a experiência específica dos modelos de organização masculina ou mista, mas não a realidade mais precária e volátil dos empreendimentos femininos, que enfrentam as desigualdades de gênero em vários níveis e dificilmente alcançam tal nível de organicidade e estabilidade. No nível municipal, as políticas públicas geralmente não integraram as desigualdades de gênero, classe e raça, mesmo que a grande maioria dos seus beneficiários fossem mulheres pobres, sobrecarregadas com o trabalho doméstico e discriminadas no mercado de trabalho.

Os empreendimentos femininos por vezes desafiaram as relações de poder locais, como a automeada “turma do terror” de mulheres da AMESOL, conhecida por expressar suas discordâncias com os funcionários do programa de economia solidária de seu município. No entanto, em geral, os empreendimentos femininos foram submetidos às decisões dos gestores através dos quais os recursos da SENAES eram direcionados, ainda mais porque esses Empreendimentos eram geralmente de pequeno porte e dependentes desses recursos. A sua autonomia financeira era e continua a ser altamente variável. Na AMESOL, enquanto alguns empreendimentos alcançam um nível de renda acima de R\$ 2.000 por pessoa e por mês, outros sobrevivem com menos de R\$ 150, caso em que as mulheres não escapam do trabalho precário, da reprodução da pobreza e da dependência financeira de seus maridos ou outros membros da família. Longe de ser resolvida, esta situação agrava-se hoje em consequência da crise econômica e do encerramento ou descaracterização de programas de economia solidária que acompanha o regresso do conservadorismo político.

O feminismo: entre movimento, projetos, economia e envolvimento discreto

Se uma parte das associadas da AMESOL vem dos espaços de economia solidária, outra parte conheceu a Associação através de sua participação no movimento feminista. Na região de São Paulo, a SOF-Sempreviva Organização Feminista e a Marcha Mundial das Mulheres (a seguir “a Marcha”) tiveram um papel importante na mobilização e organização de mulheres da classe trabalhadora em coletivos feministas. Organizada no ano 2000 em vários países como uma ação coordenada de luta contra o patriarcado e o capitalismo, a Marcha foi estruturada primeiramente em uma rede e posteriormente em um movimento com agenda permanente (Masson e Conway, 2017). O seu funcionamento é transnacional, através de coordenações nacionais em cerca de sessenta países e de

um Secretariado Internacional.

A SOF tem feito parte da coordenação brasileira da Marcha desde sua criação em 2000 e sediou sua Secretaria Internacional entre 2006 e 2013. Através desta posição, contribuiu de forma significativa para a sua agenda política. Partindo da denúncia da dominação patriarcal e da sua expressão na divisão sexual do trabalho e na violência contra as mulheres, esta agenda incluiu a busca de formas positivas de economia feminista (Nobre, 2003; Nobre, Faria e Moreno, 2015). É neste contexto que a economia solidária tem sido considerada um modelo relevante, desde que tenha em conta as desigualdades de gênero:

“Porque a SOF animou, durante bastante tempo, a REF. Que era Rede de Economia e Feminismo. Que era uma articulação, uma rede de mulheres que debatia a economia, através da economia feminista. E tinha bastante proximidade, em outros Estados, da economia feminista com a economia solidária. [...] Então a gente entra na economia solidária por este caminho, esse caminho da REF. De debater, e tal... a SOF já tinha feito algumas tentativas, digamos, algumas aproximações [...] Teve um projeto que visava organizar as mulheres através da geração de renda. [...]”. (educadora da SOF e militante da Marcha, entrevista, 2018).

Além de sua participação na organização do movimento de mulheres, a SOF executa políticas públicas e projetos de desenvolvimento em prol de mulheres da classe trabalhadora. Esta dupla função, na organização do movimento e na execução de projetos e políticas públicas, típica das ONGs feministas desde a década de 1990 (Alvarez, 1999), confere-lhe uma posição privilegiada para inserir essas mulheres em coletivos feministas. No caso da AMESOL, as educadoras da SOF e outras ativistas da Marcha fizeram parte da rede que se mobilizou para a criação da Associação em 2013, a partir da ação do Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária. Assim, existe uma ligação orgânica entre os três espaços da AMESOL, da SOF e da Marcha. Algumas mulheres estão na encruzilhada desses três espaços e incorporam o diálogo entre economia solidária e feminismo:

“Eu estou na AMESOL desde que ela foi fundada. Nós já tínhamos o grupo de economia solidária antes da AMESOL com o Maria Mariá [organização de mulheres da zona Sul de São Paulo], com o apoio da SOF, com nossas formações, e da Marcha Mundial das Mulheres através de suas ações dando oportunidade de participarmos para expor e vender nossos produtos em vários Estados. Isso elevou a autoestima das mulheres, pois a maioria delas havia sofrido violência doméstica e sobreviviam com a venda de artesanato e alimentação. [...] Percebi ao participar de espaços onde discutiam Economia Solidária, Conferências e Fóruns, que a maioria eram homens. Hoje estamos conseguindo mudar isso com muita luta”. (empreendedora da AMESOL e educadora popular, entrevista, 2018).

A interpenetração da AMESOL, da SOF e da Marcha imprime uma abordagem feminista da economia solidária, ao mesmo tempo que estabelece os limites da Associação. Algumas das mulheres que chegam na AMESOL não têm nenhum envolvimento prévio no movimento feminista. Elas descobrem-no ao mesmo tempo que a AMESOL e passam por um processo de discussão da proposta, frequentemente associada nas representações populares com posições radicais que a maioria delas não estão dispostas a assumir. Assim, para algumas:

“Foi onde [na AMESOL] eu tive o reconhecimento como mulher. Antes eu era reprimida. Eu era dona de casa. Eu tinha um pouco de medo, a gente conhecia o feminismo como vândalo. Aquilo me assustava. Uma amiga me chamou e falou ‘não é nada disso, vamos conhecer’. Foi ali que eu

consegui ver realmente o que é o feminismo. Não é como o povo fala. [...] A AMESOL me serviu pra abrir os olhos para me mostrar que eu posso. Eu posso me sustentar sozinha”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Enquanto algumas adotam a proposta, outras, particularmente aquelas com experiência na organização de outros movimentos sociais, podem estar desconcertadas com o funcionamento flexível da Marcha, o qual não prevê condições de assistência em reuniões ou contribuições financeiras obrigatórias. Entendido pelas militantes da Marcha como uma necessidade para evitar a burocratização do movimento e permanecer acessível às mulheres da classe trabalhadora, este funcionamento pode parecer um sinal de fraqueza para outras. Esta percepção pode ser reforçada pela ausência de espaços instituídos de diálogo entre a Marcha e os gestores públicos, diferente da economia solidária.

“É difícil se achar na economia feminista, sentir que a gente pode ser útil na rede de economia feminista, porque parece que tem só lutas e não avanços, diferente da economia solidária que tem muitos atores”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Mais autônomos e fluidos do que os espaços da economia solidária, os espaços da Marcha de fato se sustentam na adesão pessoal, na mobilização e na emoção (durante as marchas, batucadas, através de cânticos militantes), como fontes de identificação e de subjetivação política.

“É, agora, eu falei, embora eu nunca tenha ido na Marcha, mas eu tenho já tenho a camiseta da Marcha, já fui na... fui pra [avenida] Paulista, já segurei a bandeira, então... não fui ainda em nenhuma reunião, mas já me considero da Marcha e me considero feminista”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Em outros casos, devido à carga de trabalho doméstico, à duração das viagens a partir da periferia da Grande São Paulo ou por medo do confronto com o marido ou outros membros da família, a adesão ao discurso crítico feminista traduz-se num envolvimento discreto das mulheres no espaço das relações de proximidade.

“Eu nunca gostei muito de política, então eu sempre fugi de tudo que é, sabe, assim, tudo que é movimento, eu nunca fui muito de movimento. Mas sempre fui feminista no meu cantinho, sozinha.[...] E aí quando elas me levaram pra lá, eu falava: ‘ai, mas será que não tem política...’, porque eu odeio falar de política, participar desses papos chatos, tal, tal. E fui conhecer. E eu descobri... nossa! Eu me apaixonei pela AMESOL. Me deu autonomia pra conversar com outras mulheres. Isso que foi legal. [...] Aí você começa a conversar, devagar, né: ‘vai, não precisa enfrentar ele [o marido], mas vai disfarçando, vai conquistando...’. Pra ela ter essa... Pra ela conseguir sair”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Em outros casos ainda, embora não tenhamos reunido evidências sobre esse aspecto, o discurso feminista na AMESOL e o desconforto com alguns temas, como a legalização do aborto, deve ter afastado algumas mulheres ou desencorajando-as de se aproximarem.

Com tudo, o envolvimento das mulheres da AMESOL no feminismo assume formas diferenciadas, entre a participação ativa e regular nas atividades da Marcha para umas, o envolvimento discreto nos espaços de proximidade para outras ou ainda a simples adesão em princípio. Menos instituída que a economia solidária, a política feminista tem priorizado aqui o caráter de movimento social, sem por isso se reduzir à dimensão reivindicativa. A menor institucionalização significa também uma

utilização mais limitada dos recursos públicos, uma diversidade de financiadores, envolvendo um alto custo de trabalho de gestão, o uso do trabalho voluntário, incluindo as funcionárias das ONG, sem por isso conseguir sempre resolver as tensões resultantes da necessidade de as ONG e as associações de base terem acesso a recursos financeiros.

O encontro dos contrapúblicos: uma política da economia solidária e feminista?

Ao reunir participantes da economia solidária e do feminismo, a AMESOL abre um espaço para o encontro destas duas trajetórias de politização e para a construção de uma outra economia e de uma outra política: uma espaço interno onde as mulheres estão presentes não só na base, mas também na tomada de decisões nos diferentes níveis, contrastando com a situação em certos espaços da economia solidária, sobretudo nas instâncias representativas e outros espaços instituídos, onde elas observam que há “um monte de homem e só um pingo de mulher”. Essa construção, no entanto, não é isenta de tensões.

No seu ato de criação, a AMESOL se apresenta como “uma ferramenta importante para a auto-organização das mulheres em empreendimentos mistos ou só de mulheres”. Enquanto os empreendimentos podem ser mistos, a própria Associação e os espaços que ela gerencia, incluindo sua Feira mensal, são organizados exclusivamente por mulheres. Esse é um princípio na AMESOL e, mais amplamente, na Marcha, para garantir a autonomia de expressão e de decisão das mulheres. A relação com organizações ou movimentos mistos se dá através de alianças, mas não de forma orgânica. É nesses espaços exclusivamente femininos e através da formação feminista e política proporcionada pela SOF ou como parte das atividades da Marcha que as mulheres começam a expressar as desigualdades que vivem, particularmente no âmbito doméstico, e a influenciar sua concepção e prática da economia solidária.

“É aquela questão da AMESOL trabalhar com a questão das mulheres, principalmente, dentro dos princípios da economia solidária [...] Eu acho que as atividades até de fazer a gente se reconhecer como mulher, como trabalhadora, todo esse trabalho, essa consciência do quanto a gente se sobrecarrega com os trabalhos... porque a gente não é só empreendedora, a gente não consegue escapar. Quer dizer, a gente escapa porque a gente não deixa essas questões de serviços domésticos e desse trabalho segurar a gente e não deixar a gente fazer as coisas. Então isso não prende a gente. A AMESOL, ela ajuda muito, também, a gente ter essa consciência, né, de qual que é o nosso papel além de empreendedora, de mulher. Até onde um interfere no outro, e como não deixar um interferir no outro, porque eu acho que isso é o mais importante.” (empreendedora e militante da economia solidária, entrevista, 2018).

Ao questionar a relação entre trabalho doméstico e economia solidária, as mulheres da AMESOL podem produzir uma inflexão feminista decisiva a nível dos empreendimentos, sem por isso escapar às dificuldades inerentes a qualquer processo organizacional, nem conseguir uma inflexão semelhante nos espaços mistos da economia solidária. Neles, as figuras dominantes – masculinas e por vezes também femininas – geralmente se contentam em reconhecer a importância numérica das mulheres nos empreendimentos. O movimento feminista também não deu conta de mudar a categoria de ação pública do Empreendimento Econômico Solidário, que deixa grande parte das práticas solidárias das mulheres na invisibilidade.

Estes avanços e estas limitações podem ser explicadas pelas diferenças de foco político – relação trabalho/capital no caso da economia solidária, relações de gênero no caso do feminismo – e de trajetórias de institucionalização: a aposta em uma nova relação governo-movimento social no caso da economia solidária *versus* o esforço para manter um movimento autônomo em relação ao governo e às

organizações mistas no caso do feminismo. Geralmente obstaculizado nos espaços instituídos da economia solidária, o impulso feminista agora enfrenta uma configuração radicalmente alterada sob o governo de Jair Bolsonaro. A dupla repressão financeira e ideológica do “gênero” e do “marxismo” atinge duramente o feminismo e a economia solidária, mas também pode abrir caminho para novas questões e redefinições. Nesse contexto, a conexão com outros movimentos sociais, como negro e lésbico, que estão presentes na AMESOL, pode ser um fator importante de reforço dos contrapúblicos subalternos, no sentido de uma maior autonomia, ainda que tornem a construção de alianças e identidades mais complexas.

“É um trabalho de formiguinha. Enquanto mulher eu entendo que tem que caminhar tudo junto: economia solidária que é pra dar a base pra que ela tenha o sustento dela. O feminismo que é esse olhar de cuidado umas com as outras. E mais a parte do movimento negro. É isso que eu quero levar pras mulheres negras: se deu certo pra mim, pode dar certo pra elas”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Esta breve reconstrução das trajetórias de politização presentes na AMESOL mostra como essa se constitui como um ponto de encontro para vários contrapúblicos subalternos. As contribuições cruzadas da economia solidária, do feminismo e de outros movimentos como negro e lésbico, são ricas em análises críticas e discursos contra-hegemônicos que reforçam as mulheres como sujeitas políticas. A confluência de vários movimentos dentro de um mesmo espaço abre a possibilidade de gerar novos pontos de vista e novas práticas, como a prática feminista da economia solidária, que visa, através da articulação de espaços mistos e femininos, aumentar a autonomia das mulheres, questionando as desigualdades de gênero, inclusive dentro da economia solidária.

Ao mesmo tempo, esta construção não pode acontecer sem tensões internas e externas. O reconhecimento do lugar das mulheres na economia solidária e a redefinição das categorias de ação pública é um ponto-chave. A interação com os espaços instituídos, no caso da economia solidária principalmente, constitui simultaneamente uma força e um risco de dependência em relação aos poderes públicos. Quanto à luta raciais e ao movimento lésbico, eles são aceitos como contribuições para a construção da economia solidária e feminista na medida em que se posicionam como instrumentos dessa construção, mas não como identidades ou lutas concorrentes. A possibilidade da emergência da política da economia solidária e feminista como um novo contrapúblico subalterno depende da conjugação de todos estes parâmetros.

A politização na prática

Ancorada nos espaços do movimento feminista, da economia solidária e de outras mobilizações, a politização das mulheres da AMESOL se concretiza nas suas práticas cotidianas, seja no nível da família, da comunidade, dos empreendimentos ou da Associação: as “discussões” que ocorrem nesses espaços só se tornam “expressões” de outra economia na medida em que são colocadas em prática. As práticas políticas e econômicas, mas também as relações domésticas, não operam, portanto, em esferas separadas da vida social, mas, pelo contrário, estão emaranhadas, até mesmo sobrepostas. Identificar esses vínculos e sobreposições é uma tarefa necessária para tornar visíveis a outra política e a outra economia praticadas pelas mulheres, muitas vezes ofuscada pela visão dominante de política, como uma esfera de interesses públicos supostamente separada das questões “privadas”, ou seja, econômicas e domésticas (Waller e Jennings, 1991).

A economia é política

“Eu já tenho parceiros, que não necessariamente trabalham comigo, mas que me ajudam muito. O Malungo [empreendimento de artesanato] não sou só eu, por mais que eu esteja na produção”. (empreendedora, entrevista, 2018).

A tomada de consciência das injustiças nos debates e formações políticas nos contrapúblicos da economia feminista e solidária leva à busca de outras formas de organização da produção e dos intercâmbios. Essa organização é baseada no modelo de autogestão dentro dos empreendimentos, mas também em uma inserção mais ampla em “parcerias” que se baseiam, precisamente, nas redes de politização. Coleta de materiais reciclados na produção artesanal, organização de grupos de compras, geralmente informais, acesso a informações sobre feiras e oportunidades de comercialização, formações, reuniões políticas ou oportunidades de apoio aos empreendimentos, troca de saberes sobre processos produtivos, criação de cadeias de valor, duráveis ou efêmeras: todas atividades essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento dos empreendimentos da AMESOL, que costumam se apoiar nas redes desenvolvidas nos espaços de politização e nas redes militantes, e não apenas nos membros da família ou nas redes locais, como é o caso das microempresas convencionais. Em outras palavras, as redes dos movimentos sociais multiplicam os contatos e as parcerias das empreendedoras da AMESOL, permitindo tanto a troca de recursos quanto a reafirmação do sentido político de sua ação.

Assim, os espaços de politização sustentam o funcionamento dos empreendimentos da AMESOL, graças ao intercâmbio de recursos e às relações de solidariedade que fomentam. Por outro lado, é através da experiência cotidiana de práticas solidárias que as mulheres da AMESOL reafirmam seu compromisso político e contribuem para o funcionamento desses espaços. Outras economias e outras políticas não são apenas complementares, mas estão sobrepostas nas mesmas práticas.

A ausência de separação entre as práticas econômicas e políticas é particularmente visível na Feira da AMESOL. Organizada um sábado por mês, com o apoio do projeto, a Feira acontece no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. Este espaço foi criado graças à mobilização, desde o final da década de 2000, de trabalhadores e trabalhadoras da Rede de Saúde Mental da zona oeste de São Paulo. O Ponto abriga vários empreendimentos e a escola “Paul Singer” de economia solidária, impulsionada por uma militante histórica do Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária e co-fundadora da AMESOL. É frequentado por um público politicamente engajado, que participa de atividades ou organiza suas reuniões nas salas do Ponto. A Feira da AMESOL combina a comercialização dos produtos dos empreendimentos, com programação cultural, oficinas de formação e rodas de conversa temáticas. Forma um espaço aberto ao público, onde a valorização dos produtos e a participação política se misturam.

“E também, eu acho que [a Feira] é um espaço que para muitas mulheres é um espaço de liberdade, né porque ela está lá só entre mulheres, ela recebe um apoio feminista, então assim, não é só... É o trampo dela, quer dizer, ela não tem o tempo de participar de um movimento social, só que já une o útil ao agradável... É legal porque aproxima mulheres que não têm, nunca tiveram interesse de participar de movimento. Na verdade é um movimento e é um trampo ao mesmo tempo”. (empreendedora, entrevista, 2018).

A politização das mulheres da AMESOL não opera em áreas separadas de suas práticas econômicas, o que poderia implicar em ignorar suas condições específicas, começando com sua sobrecarregada de trabalho, devido a suas múltiplas responsabilidades – geração de renda, domésticas, cuidados, etc. A política da economia solidária e feminista é eficiente na medida que está integrada

nas práticas das mulheres. Isto, por sua vez, requer criatividade coletiva e a constituição de espaços dedicados, como a Feira da AMESOL, onde a política e a economia eventualmente se fundem.

O doméstico também é político... e econômico

Além das atividades como empreendedoras de economia solidária, as mulheres da AMESOL são as primeiras e principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado de suas famílias: crianças, pessoas idosas, doentes ou dependentes, mas também trabalhadores(as) saudáveis para quem preparam refeições, limpam roupas, mantêm a casa, etc. Estas tarefas são tanto mais pesadas quanto as distâncias são longas na megalópole de São Paulo e a organização da vida cotidiana, complexa. A situação é agravada pelos cortes orçamentários nas políticas sociais, que dificultam ainda mais o acesso aos serviços de saúde, educação ou cuidado de crianças.⁵ Essas responsabilidades das mulheres interferem diretamente em sua participação nos empreendimentos de economia solidária e nos espaços de politização: sua participação pode, a qualquer momento, ser cancelada por uma tarefa urgente.

“Minha mãe ficou doente essa semana, minhas irmãs trabalham registradas, que elas são professoras, trabalham na prefeitura, as minhas irmãs falaram: ‘você tem que vir ficar com a mãe’. Por quê? Porque eu ‘não trabalho!’” (empreendedora, entrevista, 2018).

Desnaturalizar o trabalho doméstico, ou seja, desafiar sua atribuição natural e exclusiva às mulheres é uma das principais pautas do movimento feminista. Essa se estende hoje ao trabalho “autônomo”, que gera renda, mas que muitas vezes é realizado pelas mulheres em suas casas, o que limita seu reconhecimento como um verdadeiro trabalho. Durante as formações da SOF, a divisão sexual do trabalho é abordada na vida das mulheres através de dinâmicas como os “relógios”, onde as mulheres registram seu uso do tempo diário hora a hora e o comparam com o de seu marido ou outro parente de sexo masculino. A consciência da desigualdade na divisão sexual do trabalho é provavelmente o aspecto mais marcante destas formações e o que mais mudanças provoca na prática:

“Eu digo pra eles [marido e filhos] assim: eu sou mulher, eu sou a mãe, e nós somos moradores da mesma casa. Todos usam, todos têm dever. Chega uma época que eu fazia o trabalho nossos [no empreendimento], aí fazia o de casa (que era cuidar, passar, lavar, cozinhar...) e reunião. Tudo essas coisas. E foi aonde chegou o ponto que eu cheguei, conversei com todo mundo. Eu falei: não, gente, vamos chegar num acordo, somos moradores. Todo mundo usa, usufrui, então vamos chegar num acordo. Vamos dividir. Eu fiz as divisões de tarefa, que até hoje ocorre, e cada um faz o seu”. (empreendedora, entrevista, 2018).

A politização se estende ao âmbito familiar e retroage sobre a economia solidária e feminista, na medida em que a renegociação dos papéis de gênero e da divisão do trabalho doméstico é uma condição para a plena participação política e econômica das mulheres. Além do trabalho doméstico, é a própria produção dos empreendimentos que, frequentemente, ocorre no espaço doméstico: na melhor das hipóteses em uma oficina ou sala separada, mas muitas vezes em um simples canto, uma varanda, até mesmo a sala ou cozinha da casa, que são utilizadas como espaços de produção em horários específicos, tipicamente à noite. O peso do trabalho doméstico e a impossibilidade de liberar tempo e recursos para produzir em outro lugar, somados ao fechamento de várias Incubadoras Municipais de Economia Solidária onde as mulheres tinham acesso a espaços e equipamentos

⁵ Como resultado da Emenda Constitucional nº 95, de dezembro de 2016, que congela os gastos sociais como resposta ao suposto déficit fiscal.

produtivos, explicam essa situação.

Para serem reconhecidas como trabalhadoras e poderem dividir o trabalho doméstico, muitas mulheres sonham com “ter um espaço que não seja minha casa” para alocar as atividades do empreendimento. Para algumas, porém, produzir em casa também tem uma dimensão positiva, que é poder ficar perto dos filhos e aliviar a sua organização cotidiana:

“Porque aqui... aqui em cima [dentro da casa], né, eu costuro, eu faço a comida, cuido das crianças, faço tudo. Então, se eu for fazer [a costura] lá embaixo [na garagem da família], eu vou ter que ter um horário, vou ter que reorganizar todo meu cotidiano de novo”. (empreendedora, entrevista, 2018).

Quer o sentido outorgado pelas mulheres ao trabalho doméstico e de cuidado seja positivo ou negativo, o espaço doméstico é um espaço econômico, onde ocorre parte ou a totalidade da produção dos empreendimentos. Reconhecer a existência e a importância econômica deste espaço é uma necessidade política que, por sua vez, exige um alargamento da nossa concepção de economia em geral e de economia solidária em particular. Devemos abandonar a concepção demasiado estreita de empreendimento de economia solidária centrado na organização permanente e suprafamiliar da produção em cooperativas, associações ou outros tipos de organizações extradomésticas, para incluir as formas mais flexíveis, muitas vezes mais frágeis e enraizadas nas relações familiares e nos espaços domésticos onde as mulheres desenvolvem práticas solidárias.

A política da economia solidária e feminista requer essa renovação de nossas categorias de análise e de ação: uma aproximação entre ação política, práticas ou espaços econômicos e a esfera doméstica, essencial para compreender a especificidade das iniciativas desenvolvidas pelas mulheres e fortalecê-las através de ações apropriadas.

Conclusão

A conjuntura política no Brasil, marcada pelo retorno do conservadorismo, a extinção das políticas federais de apoio às outras economias como economia solidária e a afirmação pública de um discurso fascista que alimenta nomeadamente a fobia contra “gênero” e “marxismo”, nos obriga a renovar nossas categorias de análise e de ação.

Neste artigo, levantei duas questões interligadas. A primeira diz respeito ao lugar das mulheres na economia solidária e à consideração das relações de gênero, para além da simples observação de sua presença massiva nesta economia. A segunda é a questão da emergência de “outra política”, a partir dos espaços – contrapúblicos subalternos no sentido de Nancy Fraser (1990) – onde estão presentes estas mulheres e outros grupos sociais subalternos. Sem negligenciar a questão sempre determinante da redistribuição e dos direitos econômicos e sociais, insisto aqui na necessidade de olhar também para além do Estado e das políticas públicas e para o desafio da articulação entre diversos contrapúblicos subalternos.

A experiência da AMESOL ilustra em primeiro lugar a complexidade da articulação entre a economia solidária e o feminismo, bem como com outras mobilizações presentes na associação, como os movimentos negro e lésbico. Tais articulações são indispensáveis, para um reforço mútuo das mobilizações e tendo em conta o acúmulo das desigualdades de gênero, classe e raça. No entanto, a experiência da AMESOL também destaca os desafios colocados por essas articulações, dada a diversidade de trajetória dos contrapúblicos. Os espaços exclusivamente femininos do movimento feminista, onde as mulheres discutem as desigualdades de gênero a partir do trabalho invisível que elas realizam – trabalho doméstico, de cuidado e também “autônomo”, de geração de renda realizado muitas vezes dentro de casa – e fortalecem sua capacidade de expressão e de tomada de decisão,

devem encontrar seu lugar em alianças, por vezes complexas, com movimentos mistos, como o da economia solidária. Por sua vez, os espaços de diálogo com a sociedade civil que foram criados em relação com poderes públicos, como os Fóruns e os Conselhos de Economia Solidária, têm desempenhado um papel essencial na estruturação desse movimento. Ao mesmo tempo, não deixam de gerar dependências, além de reproduzir uma visão da economia solidária centrada nos Empreendimentos Econômicos Solidários, que não reconhece a realidade mais precária e volátil dos empreendimentos liderados pelas mulheres e a existência de práticas solidárias para além da fronteira organizacional dos empreendimentos. A construção de novas visões compartilhadas é um processo necessariamente longo e às vezes tenso, na medida em que implica não só uma expansão das lutas, mas também a superação das diferenças, e que pode ameaçar as conquistas e as posições de certos atores.

No plano teórico, a afirmação de uma política da economia solidária e feminista pressupõe uma concepção substantiva de economia e de política, que não as reduza ao mercado e ao Estado, respectivamente, bem como uma concepção ampla da esfera doméstica, não limitada ao domínio privado e não separada das esferas política e econômica (Hillenkamp e Lucas dos Santos, 2019). O conceito de contrapúblico subalterno, por sua vez, permite entender a contribuição específica de grupos sociais subordinados, considerando seu lugar na configuração geral dos espaços públicos autônomos e instituídos. Precisamente, é mostrando a sobreposição existente entre as três esferas, política, econômica e doméstica, e criando espaços originais onde estas conexões são reconhecidas e fortalecidas, que uma política da economia solidária e feminista pode desenvolver-se. Esta criatividade intelectual e prática impulsionada pela sociedade civil é ainda mais imprescindível em um momento em que o Estado brasileiro se opõe à outra economia e aos movimentos sociais que a constroem.

Referências

Alvarez, S. E. (1999). Advocating feminism: the Latin American feminist NGO 'boom'. *International feminist journal of politics*, 1(2), 181-209.

Andrade, M. C., de Moraes Burali, M. A., Vida, A., Fransozio, M. B. B. e dos Santos, R. Z. (2013). Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicologia: ciência e profissão*, 33(1), 174-191.

Bitelman, M. F. (2008). A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: Os casos de São Paulo e Osasco (Tese de Mestrado). São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Coraggio, J. L. (2007). Une autre économie est-elle possible sans une (autre) politique? Enseignements à partir de l'Amérique latine. *Revue Tiers-Monde*, (190), 401-416.

Deleuze, G. e Guattari, F. (2013). *Mille plateaux: Capitalisme et schizophrénie*. Paris, França: Ed. de Minuit.

Dos Santos, A. M. e Carneiro, V. G. (2008), O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. *e-cadernos CES*, 02. Recuperado de <https://journals.openedition.org/eces/1260>

Eme, B. (2006). Espaces publics. Em J. L. Laville e A. D. Cattani (Orgs.), *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris, França: Gallimard.

Faria, N., e Nobre, M. (Orgs.) (2003). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo, Brasil: Sempreviva Organização Feminista.

Federici, S. (2013). *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid, España: Traficantes de sueños.

Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text* (25/26), 56-80.

Guérin, I., Hillenkamp, I., e Verschuur, C. (2019). L'économie solidaire sous le prisme du genre: une analyse critique et possibiliste. *Revue française de socio-économie* (22), 105-122.

Habermas, J. (1996). *Between Facts and Norms. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.

Hillenkamp, I., e Lucas dos Santos, L. (2019). The domestic domain within a post-colonial, feminist reading of social enterprise: towards a substantive, gender-based concept of solidarity enterprise. Em P. Eynaud et al. (Orgs.), *Theory of Social Enterprise and Pluralism: Social Movements, Solidarity Economy, and the Global South*. London, Reino Unido: Routledge.

Laclau, E. (2014). Lógicas de la construcción política e identidades populares. Em J. L. Coraggio, e J. L. Laville (Orgs.), *Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur*. Los Polvorines (Buenos Aires), Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento.

Laville, J. L. (2010). *Politique de l'association*. Paris, França: Seuil.

Masson, D., e Conway, J. (2017). La Marche mondiale des femmes et la souveraineté alimentaire comme nouvel enjeu féministe. *Nouvelles Questions Féministes*, 36(1), 32-47.

Nobre, M. (2003). Diálogos entre economia solidária e economia feminista. Em N. Faria e M. Nobre (Orgs.), *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo, Brasil: Sempreviva Organização Feminista.

Nobre, M., Faria, N., e Moreno, R. (Orgs.) (2015). *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista*. São Paulo, Brasil: Sempreviva Organização Feminista.

Sarria Icaza, A. M. (2005). Politiques publiques et économie solidaire au Rio Grande do Sul. Em J. L. Laville, J.-P. Magnen, C. G. França Filho, e A. Medeiros (Orgs.), *Action publique et économie solidaire. Une perspective internationale*. Ramonville - St Agne, França: Erès.

Schwengber, A. M., Praxedes, S. F., e Parra, H. Z. (2006). Programa Oportunidade Solidária: construindo uma política pública de economia solidária. Em J. L. Laville, J. P. Magnen, G. C. França Filho, e A. Medeiros (Orgs.), *Action publique et économie solidaire. Une perspective internationale*. Ramonville - St Agne, França: Erès.

Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES/MTE (2006). *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: SENAES/MTE.

Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES/MTE (2013). Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES – disponibiliza nova base de dados. *Boletim Informativo*, Edição Especial.

Singer, P. (1999). *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

Waller, W. e Jennings, A. (1991). A Feminist Institutionalist Reconsideration of Karl Polanyi. *Journal of Economic Issues*, 25, 485-497.

Agradeço a Beatriz Schwenck, Joana Barros, Maria Fernanda Marcelino, Miriam Nobre, Nalu Faria, Sheyla Saori, Vera Machado, bem como a uma revisora anónima da revista Outra Economia pelos seus comentários sobre a primeira versão deste texto. As posições aqui defendidas seguem sendo da minha exclusiva responsabilidade.

Enviado: 17/05/2019
Aceptado: 29/10/2019

Cómo citar este artículo:

Hillenkamp, I. (2019). Política da economia solidária e feminista. A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, Brasil. *Otra Economía*, 12(22), 265-281.